

Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico:

Problemáticas do abandono no povoamento calcolítico do ocidente peninsular.

ANTÓNIO CARLOS VALERA ARQUEÓLOGO. *

1. Introdução

Nas abordagens do povoamento Calcolítico Peninsular, os designados povoados fortificados são contextos incontornáveis. Porém, e desde sempre, a atenção e o investimento intelectual estiveram sobretudo orientados para as questões da génese e desenvolvimento do fenómeno das fortificações. Porquê e como surgiram estes sítios? Que significam e que papéis desempenharam no contexto das sociedades do 4.º e 3.º milénios AC? Estas são as perguntas que têm pontuado os questionários na investigação do período.

Comparativamente, os problemas relativos ao abandono destes locais têm recebido uma menor atenção, o que se traduz na reduzida preocupação com a teoria envolvida, com evidentes repercussões nas explicações que, normalmente de forma sumária, têm sido propostas. E, no entanto, desde a década de 70 do século passado, que o abandono tem sido visto como uma questão central da Arqueologia (Cameron, 1996), já que se trata de um fenómeno activo na organização das sociedades e tem um relevo muito particular no processo de formação dos

contextos arqueológicos. A sensação que fica, contudo, é a de que a Arqueologia Peninsular da Pré-História Recente tem dado pouca relevância a este assunto.

O presente texto não faz mais do que chamar a atenção para a necessidade de introduzir as problemáticas do abandono na investigação do povoamento, calcolítico. A *importação* desta temática (e importar parece ser o destino da arqueologia portuguesa) permite aprofundar a análise do povoamento, a várias escalas, enriquecendo o questionário e, conseqüentemente, o discurso explicativo (em determinadas situações também compreensivo) sobre a organização espacial das comunidades dos finais do 4.º e 3.º milénios AC no Ocidente Peninsular.

As limitações de tempo e espaço, e os próprios objectivos do texto não possibilitam nem justificam um tratamento desenvolvido da variável abandono em todas as suas implicações e escalas de funcionamento. Assim, a análise recai sobre o abandono à escala do sítio, tanto no que respeita às suas manifestações finais, como às temporárias.

Por outro lado, embora se assuma, ao longo do texto, uma certa centração nos povoados fortificados, o problema tem sempre que ser equacionado ao nível das redes de povoamento, que são diversificadas e integram outros tipos de *habitat*, pelo que a questão diz respeito a todo o género de povoados. A maior incidência sobre os que apresentam estruturas de fortificação tem a ver com determinadas características que estes evidenciam (investimentos que implicam; diversidade de tamanhos e de durações de ocupação; localizações proeminentes na paisagem; pluralidade funcional, complexidade organizativa), as quais permitem debater com maior acuidade a importância do abandono para a compreensão da organização e funcionamento das sociedades

Os problemas relativos ao abandono destes locais têm recebido uma menor atenção, o que se traduz na reduzida preocupação com a teoria envolvida, com evidentes repercussões nas explicações que, normalmente de forma sumária, têm sido propostas

calcolíticas peninsulares. Ao mesmo tempo, torna-se possível evidenciar o papel pouco relevante que tem sido dedicado ao abandono na visão homogeneizante que, tradicionalmente, caracteriza o discurso sobre os povoados fortificados e salientar alguns vícios de pensamento que decorrem de insuficiências dos “dados” arqueológicos.

Convém ainda, face à actual desarticulação do carácter homogéneo da designação “povoados fortificados”, definir os termos em que a mesma é utilizada no presente texto. A utilização desta denominação traduz apenas o recurso a uma designação consagrada no discurso arqueológico. Não tendo por objectivo discutir a sua adequação a todas as realidades a que, tradicionalmente, tem sido aplicada, optei por mantê-la para designar os sítios que apresentam estruturas positivas (muralhas, com ou sem bastiões e torres, muros, cercas ou paliçadas) e/ou negativas (fossos) que delimitam recintos e que podem apresentar um maior ou menor grau de complexidade, investimento e monumentalidade. Não lhe associo, nesta discussão, questões de funcionalidade ou significado, embora, como ficará patente ao longo do texto, estas sejam variáveis importantes para a análise do abandono.

2. O abandono dos povoados calcolíticos fortificados do Ocidente Peninsular: um discurso uniformizante e ainda pouco reflectido.

Não são muitos os autores que questionaram especificamente a problemática do abandono destes povoados, no Ocidente Peninsular, e apenas num dos casos referenciados o assunto mereceu um tratamento mais aprofundado.

Para o Sudoeste em geral, numa aproximação enquadrada pelo materialismo histórico, Carlos Tavares da Silva considera que o desenvolvimento das forças produtivas durante o Calcolítico se articulou com uma estratégia de organização política fragmentária de “comunidades autónomas basicamente igualitárias”. Estas teriam uma escala essencialmente localista que, a seu tempo, se revelaria bloqueadora do desenvolvimento do sistema económico e de uma emergente diferenciação social, sendo responsável pela entrada do sistema em crise e conduzindo a uma alteração das estratégias de povoamento, com o correspondente abandono de sítios (SILVA, RAPOSO e SILVA, 1993). Esta desagregação dos modelos organizativos calcolíticos é enquadrada num movimento de integração que superaria as contradições impostas pelo localismo fragmentário, promovendo uma atenuação e uma gestão diferente do conflito. O abandono dos povoados fortificados resultaria, assim, numa manifestação de alterações infra-estruturais, de significado invariável.

Ainda no Sudoeste, mas agora em referência a um caso concreto no Alto Algarve Oriental, observou-se, para o pequeno povoado fortificado de Santa Justa, uma situação de abandono sem sinais anteriores de retrocesso de ocupação do sítio. Para explicar esse abandono, foi avançada a hipótese de esgotamento dos recursos (exaustão dos

Um primeiro aspecto a sublinhar nestas teses é o de, implicitamente, conceberem o abandono integrado num processo que o explica e não como um episódio isolado. Todavia, os processos considerados são, quase que exclusivamente, os da mudança estrutural, onde se acaba por reservar ao abandono um papel uniforme: o de indicador de colapso, seja por inadaptação, seja por esgotamento. Em caso algum, o abandono é considerado como podendo ser uma estratégia, no âmbito do funcionamento dinâmico do sistema.

solos agrícolas e/ou recursos mineiros fornecedores do cobre que alimentava as trocas), os quais já teriam sido, em parte, responsáveis pela “colonização” daquelas terras e pela origem do povoado em questão, num movimento de migração interna com origem numa descompressão demográfica em regiões vizinhas (Gonçalves, 1989). Adiantando a hipótese de um abandono devido ao esgotamento dos recursos que tinham catalizado a própria génese do povoado, estabelece-se uma ligação entre a explicação do fim e parte da explicação da origem, para a qual se reconhecia um processo distinto do proposto para outros casos (nomeadamente, na Península de Lisboa). O abandono do povoado fortificado ganha, aqui, maior variabilidade explicativa, perdendo homogeneidade de significado.

Na Beira Alta, o abandono do povoado fortificado do Castro de Santiago mereceu a seguinte observação: “... a sua utilização durante um período não muito longo e abandono posterior, podem ser indicadores no sentido de falência de um modelo de implantação no espaço que (...) não terá aqui encontrado suporte económico adequado à sua manutenção” (Senna-Martinez, 1994: 185).

Um primeiro aspecto a sublinhar nestas teses é o de, implicitamente, conceberem o abandono integrado num processo que o explica e não como um episódio isolado. Todavia, os processos considerados são, quase que exclusivamente, os da mudança estrutural, onde se acaba por reservar ao abandono um papel uniforme: o de indicador de colapso, seja por inadaptação, seja por esgotamento. Em caso algum o abandono é considerado como podendo ser uma estratégia no âmbito do funcionamento dinâmico do sistema.

Na abordagem de Katina Lillios à Estremadura Portuguesa (1991 e 1996), a situação é, contudo, diferente e a problemática do abandono é mais aprofundada (sobretudo no texto de 1996) e questionada de uma perspectiva distinta.

“(…) in terms of settlement, (…) [fission] often involves the partial or complete abandonment of settlements. It is generally not associated with violent confrontations; rather, it is carried out in order to prevent the development of hostile conditions” (Lillios 1991: 105).

Embora o abandono continue a ser considerado no contexto de tendências estruturais de mudança social que conduzem à transição da Idade do Cobre para a Idade do Bronze (que se procura explicar recorrendo aos modelos de segmentação comunitária), consagram-se já formas de abandono não associadas à ideia de colapso.

“Thus, the evidence for collapse or devolution that has been often suggested for the end of the Copper Age, such as settlement abandonment and cessation of prestige good production, can also be viewed as forms of resistance against an unfavorable social order” (*idem*: 138).

Se a proposta apresentada revela algumas debilidades, quer no que respeita à aplicabilidade do modelo concreto (o de centro/periferia, considerando a Estremadura como

centro e o interior de Portugal como periferia (Lillios, 1996: 116), quer na sua contrastação empírica, interessa sobretudo aqui sublinhar o facto de atribuir ao abandono um carácter mais activo e positivo no âmbito da mobilidade e das estratégias de negociação social.

Importa, pois, reconhecer que o abandono destes sítios não pode ser pensado como um processo homogéneo de significado único, sublinhando-se a necessidade de considerar a pluralidade de processos e significados, tal como já foi feito para as questões da origem e funcionalidade.

Efectivamente, primeiro num quadro histórico-culturalista, no âmbito das várias facetas da teoria colonial, depois dentro dos esquemas funcionalistas (neo-evolucionistas) ou marxistas, como indicador de estádios de desenvolvimento social, económico e político semelhantes, ou ainda no contexto dos enfoques que mesclam todos estes enquadramentos, a

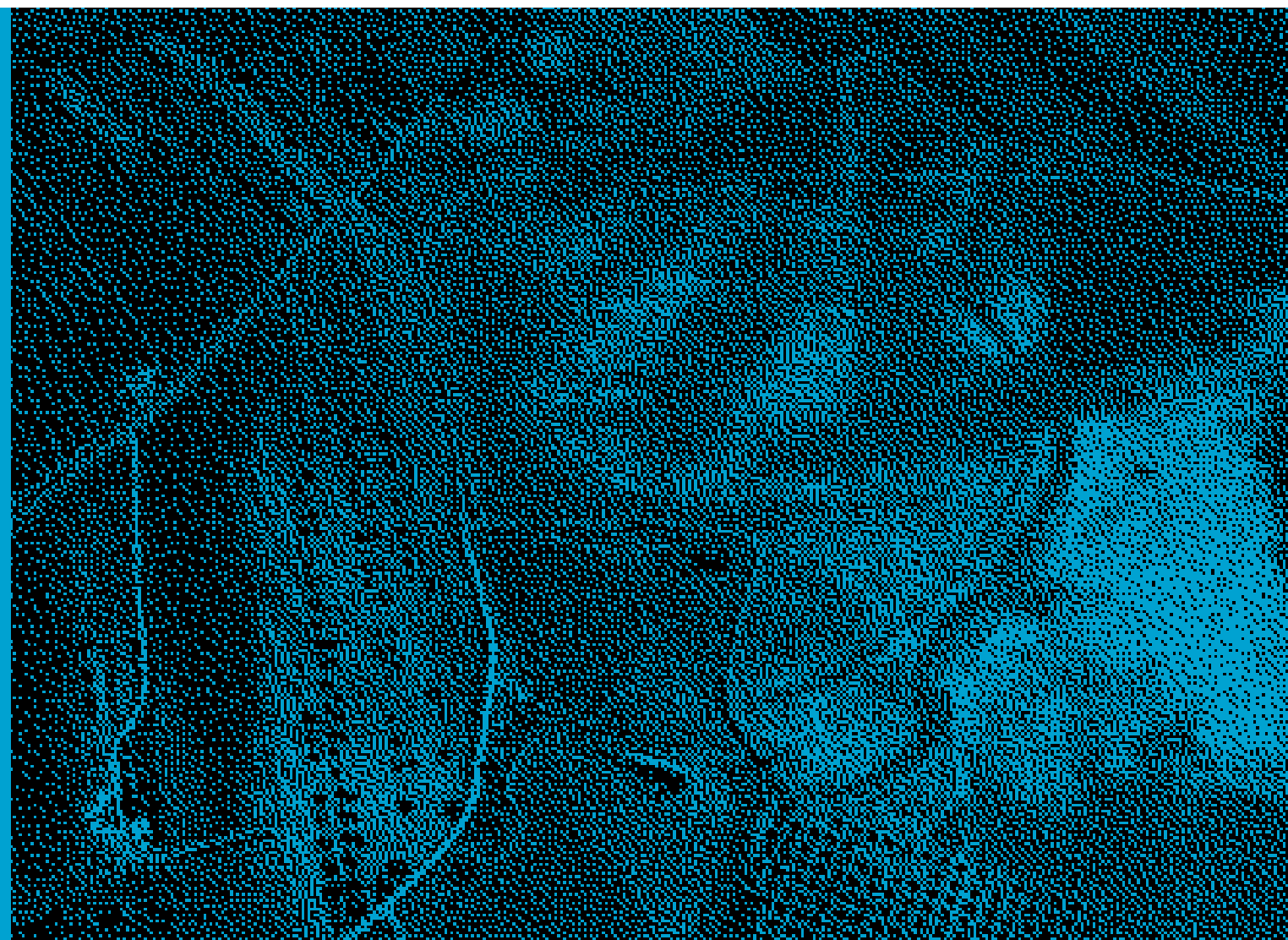
fortificação calcolítica tendia a ser considerada como indicador e evidência dos mesmos estados e processos.

Nos últimos anos, num quadro de marcada tendência desconstrutivista pós-moderna, tem-se insistido na denúncia do carácter redutor de perspectivas monossémicas aplicadas aos povoados calcolíticos fortificados, tanto no que diz respeito à sua génese, como ao seu desenvolvimento e significado (Jorge, 1998 e 1999; Jorge e Jorge, 2000). Sem pôr em causa que, a determinada escala de análise, o fenómeno se integra numa dinâmica específica da organização estrutural das sociedades peninsulares e extra-peninsulares (o tal *trend* estrutural), veio chamar-se à atenção para a variabilidade contextual, para as assimetrias de processos, para a pluralidade de sentidos, funcionalidades e soluções que essa dinâmica global comporta.

Também o abandono de um povoado fortificado calcolítico (como de qualquer agregado habitacional noutro período histórico) pode remeter para situações muito diversas, de significados próprios, com repercussões relevantes, não só na compreensão de processos locais e regionais, mas também na formulação de modelos explicativos mais globais e periodizações (entendidas como organizações teóricas do devir histórico). Tal como para a origem, é necessário proceder a uma desconstrução do discurso uniformizador no que respeita ao abandono, que, a determinadas escalas, se transforma numa obstrução à compreensão do fenómeno. As razões que conduziram ao abandono dos inúmeros povoados calcolíticos fortificados foram múltiplas e funcionaram a diferentes escalas, não sendo mecanicamente transportáveis de um caso para outro, nem redutíveis a indicadores de uma mesma realidade e processo.

Fig.ura 1
Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz).

Recinto de cerca de 16 ha com um complexo sistema de fossos. Em primeiro plano a área da necrópole, um semicírculo espacialmente circunscrito pelos dois fossos exteriores.



3. O abandono de um povoado: algumas implicações teóricas

A visão do abandono como um acontecimento homogéneo, indicador de falência estrutural, tende a esconder os complexos modelos de negociação social que, na grande maioria das vezes, presidem a um processo que se manifesta a vários níveis (do indivíduo à comunidade, passando por grupos domésticos, etários, de género ou profissionais, entre outros) e que funcionam a várias escalas (da área intra-sítio, do sítio, do local, da região).

Torna-se, assim, necessário ampliar e diversificar as escalas de análise do fenómeno e de o associar à mobilidade e à estratégia, em vez de o restringir vinculativamente à mudança. O abandono não significa necessariamente instabilidade, colapso ou mudança estrutural. A sua interpretação apressada como esgotamento de um modelo ou sistema pode ser extremamente redutora, para não dizer totalmente falaciosa. As sociedades humanas são sempre dinâmicas, mesmo quando estáveis. A mobilidade (na qual se integram processos de abandono) está sempre presente e é com frequência factor de estabilidade, manifestando-se em várias agências estruturantes da comunidade: na “gestão” do género, da idade, do número populacional, da exploração de recursos, da actividade, das formulações ideológicas do mundo, das identidades, dos territórios, etc. O abandono é parte constituinte da relação dinâmica que o Homem mantém com o espaço.

A teoria do abandono implica, assim, uma teoria do movimento e da forma como este se articula com a organização social. Por outro lado, e independentemente de se integrar em processos estruturais e conjunturais que lhe explicam as causas, o abandono é sempre o resultado de actos conscientes e intencionais, de decisões negociadas e

tomadas, estando, por isso, intimamente ligado à teoria da acção¹. Será, por exemplo, consensual sustentar que um abandono com antecipação de retorno (mesmo que este, efectivamente, não venha depois a verificar-se) produzirá um registo distinto de um abandono pensado de forma definitiva.

Procuremos sistematizar as situações de abandono numa dupla faceta: a de abandono enquanto colapso /esgotamento e a de abandono enquanto estratégia. O esquema que a seguir se apresenta parte de duas premissas: reporta-se a sítios onde, para além de outras funcionalidades e simbolismos, se documenta a função residencial e para os quais esta é assumida como manifestamente sedentária.

a) Abandono como colapso / esgotamento

Apresenta duas vertentes, uma de carácter mais circunstancial, outra de carácter mais estrutural. No primeiro caso, encontram-se as situações que se podem traduzir em fenómenos de abandono imediato. Este poderá ocorrer na sequência de catástrofes naturais ou de origem antrópica (terramotos, grandes incêndios, destruições no contexto de guerras). Entre todas as razões de abandono, estas serão as de mais fácil diagnóstico para a Arqueologia: níveis de grandes incêndios e/ou de grande destruição de estruturas, sem evidências de reocupação do sítio, poderão indiciar uma destas situações. Estes indicadores sairão reforçados se às destruições aparecerem associados contextos com materiais completos fragmentados *in situ* e artefactos de valor simbólico e pessoal.

No segundo caso, o abandono surge como resultado de um processo, podendo derivar de uma gradual ou rápida alteração de condições estruturais exógenas e/ou endógenas: por exemplo, esgotamento mais ou menos abrupto de recursos importantes,

alterações em rotas de circulação de determinados produtos. Mas o processo poderá ser mais longo e subterrâneo, abrangendo gerações, relacionando-se com aspectos mais estruturantes que têm a ver com contradições da própria organização social global. É sobretudo neste quadro, remetendo para o problema da mudança social, que as questões do abandono têm sido afloradas relativamente ao Ocidente Peninsular.

b) Abandono como estratégia

O abandono como estratégia surge sobretudo ligado ao Movimento e à Estabilidade. Parte da ideia de que o abandono residencial não só não significa necessariamente abandono local ou regional, como pode ser precisamente uma estratégia para manter uma “estabilidade de ocupação locacional” (Horne, 1996). A ocupação de um território é dinâmica e a mobilidade e a fixação podem combinar-se na sua exploração, estratégias há muito conhecidas entre sociedades recolectoras.

Esta abordagem obviamente entronca com a diversidade de modelos de organização social e com as distintas mobilidades que cada “tipo” comporta. Nelson chama a atenção para esse facto (Nelson, 2000), sublinhando que a natureza diferente das sociedades que classifica de “simples”, “intermédias” (a que corresponderiam as sociedades do Calcolítico Peninsular) e “complexas” implica esquemas de mobilidade estruturalmente dissemelhantes. Nas primeiras, caracterizadas por estratégias de exploração territorial mais extensivas que intensivas, o movimento regular é condição estruturante do sistema: o povoamento, a territorialidade, a percepção do espaço e as leituras da paisagem fundam-se nessa mobilidade. Nas segundas, com estratégias de exploração territorial que envolvem um maior investimento, fixação e dependência, onde se manifestam, de

Torna-se, assim, necessário ampliar e diversificar as escalas de análise do fenómeno e de o associar à mobilidade e à estratégia, em vez de o restringir vinculativamente à mudança. O abandono não significa necessariamente instabilidade, colapso ou mudança estrutural. O abandono é parte constituinte da relação dinâmica que o Homem mantém com o espaço.

forma mais significativa constrangimentos, como a posse e o acesso a territórios e recursos, as estratégias de mobilidade implicam uma negociação social premente. Apesar disso, as sociedades “intermédias” caracterizam-se por uma certa versatilidade: dissolvem-se com mais facilidade que as sociedades “simples”, mas o poder é mais instável e negociado do que nas sociedades estatais ou proto-estatais, onde os mecanismos de conservação e reprodução do poder estão mais desenvolvidos (*idem*). A mobilidade, resultado de segmentação, está ainda facilitada; a sedentarização e a ocupação temporária convivem na exploração dos territórios; o abandono (através da contracção) e a expansão, como processos irregulares e conjunturais de reequilíbrio do sistema de povoamento perante fases de oscilação, representam uma versatilidade estratégica. Ao contrário do que foi, por vezes, afirmado, o que observamos no povoamento calcolítico é uma situação de grande diversidade na tipologia dos povoados, nos locais de implantação (embora se possam estabelecer correlações entre tipos de povoado e estratégias de localização), nos períodos de duração, nas funcionalidades, nos significados, resultado de organizações sociais e territoriais que implicam estratégias de fixação, mobilidade e abandono diferentes das que se aplicam

¹ Sobre as potencialidades da teoria sociológica da acção aplicável à Arqueologia, ver, por exemplo, Dobres e Robb, 2000; Barrett, 2001 ou Alarcão, 1993-94.

As causas e as razões de um abandono resultam da conjugação de dois processos que frequentemente são tratados de forma dicotómica: a equação estrutura / agência, que Giddens (2000) se propôs resolver através do teorema da dualidade da estrutura (teoria da estruturação).

às sociedades recolectoras/produzoras incipientes ou às proto-estatais/estatais.

Por outro lado, a problemática do abandono de um sítio, em geral, e do abandono como estratégia, em particular, comporta uma série de variáveis que têm que ser equacionadas e avaliadas.

As causas e as razões de um abandono resultam da conjugação de dois processos que frequentemente são tratados de forma dicotómica: a equação estrutura / agência, que Giddens (2000) se propôs resolver através do teorema da dualidade da estrutura (teoria da estruturação). Por um lado, os condicionamentos estabelecidos pelo contexto social global, que poderão ser de natureza vária e funcionam ao nível da estrutura e do sistema (e que certo materialismo histórico ainda perspectiva como deterministas, originando os *drogados* estruturais de Althusser, assombrosamente incapazes, segundo a expressão de Giddens); por outro, o comportamento dos indivíduos ou de grupos de indivíduos cuja análise a sociologia da acção teorizou. Partindo do princípio que todo o fenómeno social (neste caso o abandono) é o efeito agregado (composto) de comportamentos de conjuntos de indivíduos em situações análogas (Boudon, 1995), a sociologia da acção propõe que o actor social aja com base numa racionalidade que se funda na avaliação que esse actor (ou o grupo de actores) faz da situação e das opções de que dispõe e que enquadram a sua actuação.

“(…) as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o médium e o resultado das práticas que elas recursivamente organizam” (Giddens, 1984: 25).

As causas e as razões do abandono emergem, pois, da relação recursiva destes processos e as características que aquele assume são conformadas por uma série de variáveis. A natureza da

liderança (motivadora de agregação ou segmentação), as expectativas face ao destino, o grau de planeamento do abandono, a velocidade com que é feito, a distância do destino, a dimensão do grupo que se movimenta, a antecipação ou não de um retorno, são factores que, conjugados com condicionalismos do contexto social, dão forma aos processos de abandono e à imagem fossilizada que estes deixam. A consideração dos problemas do abandono implica a avaliação do comportamento situado destas variáveis.

4. Alguns exemplos e potencialidades do registo disponível

A plurifuncionalidade e diversidade de sentidos e simbolismos defendida para “quebrar” a leitura homogeneizante dos “povoados calcolíticos fortificados” tem, obviamente, repercussões no abandono, obrigando a pensar em processos diversificados, com dinâmicas próprias, não redutíveis ao colapso ou falência de um sistema. Analisemos alguns exemplos para situações de abandono final e temporário de sítios.

A) Abandonos finais

Começemos pelas implicações que a organização simbólica da paisagem tem sobre o problema do abandono final de povoados calcolíticos, nomeadamente dos fortificados, uma vez que as dimensões psicológica e simbólica do espaço são variáveis importantes para a compreensão dos processos de mobilidade e abandono.

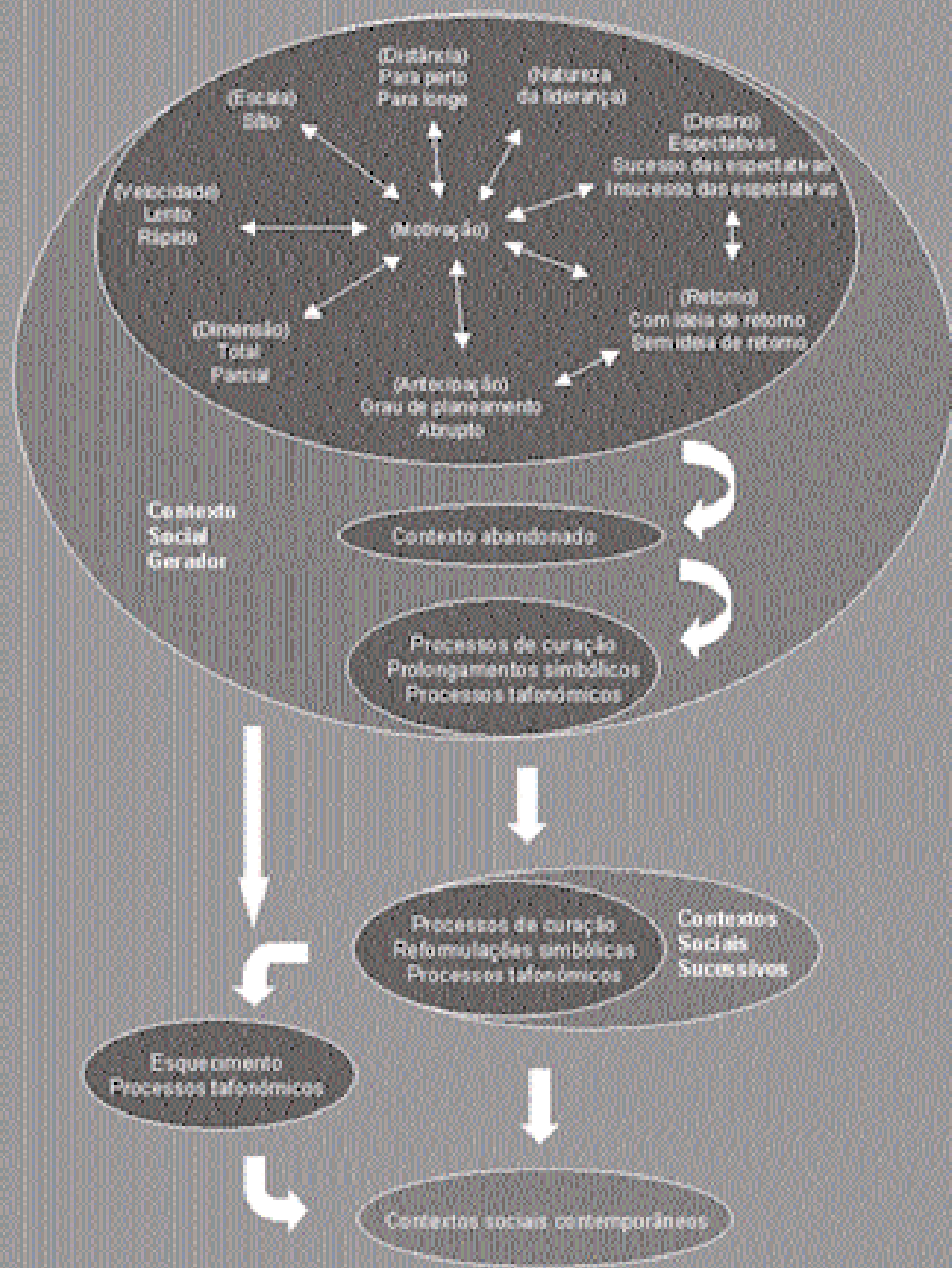


Figura 2
O abandono à escala do sítio: variáveis envolvidas.

A plurifuncionalidade e diversidade de sentidos e simbolismos defendida para

"quebrar" a leitura homogeneizante dos "povoados calcólicos fortificados" tem, obviamente, repercussões no abandono, obrigando a pensar em processos diversificados, com dinâmicas próprias, não redutíveis ao colapso ou falência de um sistema.

Em texto recente sublinhei que, com a calcolitização, e com as novas territorialidades que o processo implica², era a própria categorização mental do espaço que sofria alterações, com repercussões na percepção e hierarquização qualitativa desse mesmo espaço (Valera, 2000b). Estas alterações, que se relacionam com noções de um espaço mais acessível ao Homem, progressivamente percebido como transformável e moldável, são parte de um novo processo de “being in the world” que opera redefinições da paisagem e na forma como o Homem se relaciona com os *lugares* que a codificam e a tornam inteligível. O que obriga tratar o problema do abandono de um povoado fora da escala do sítio e à sua introdução na escala da rede de povoamento e das paisagens.

Observe-se, a título de exemplo, o caso de determinadas redes de povoamento calcólico no Sudoeste Peninsular. Aí encontramos grandes povoados com complexos dispositivos de fossos, em torno dos quais se organizam inúmeros povoados de dimensões bastante mais reduzidas, que podem ser abertos, fortificados com complexos sistemas de muralhas e bastiões ou simplesmente cercados por muros mais ou menos espessos e altos. A diferença de “estatuto”, não bastando a de tamanho, torna-se evidente quando prestamos atenção a outros factores.

Associados aos grandes povoados, com uma estruturação mais ou menos integrada com o espaço habitacional, surgem autênticos cemitérios. A profusão de artefactos relacionados com o sagrado é enorme, tanto em quantidade como em variedade, sendo as matérias-primas exógenas frequentes, revelando uma forte integração em superestruturas de vigência transregional e em complexos sistemas de interacção. É assim na Pijotilla (Badajoz), Valencina de la Concepción (Sevilha), Perdigões (Reguengos de Monsaraz), Marroquies Bajos ou até Alcalar (Portimão).

Mas, se olharmos para os povoados periféricos, notamos um assinalável contraste: nestes contextos, os materiais de carácter simbólico são indiscutivelmente mais raros, menos variados ou mesmo inexistentes, repetindo-se a situação para as matérias-primas de proveniência exterior a cada região. Por outro lado, a associação directa a necrópoles é desconhecida ou difícil de estabelecer e documentar.

Tomemos o caso concreto dos Perdigões, sítio que corresponde a um grande povoado (cerca de 16 ha) com um complexo dispositivo de fossos, o qual, para além de áreas residenciais e espaços eventualmente especializados, estrutura também uma área de necrópole com vários sepulcros (Lago *et al.*, 1998; Valera *et al.*, 2000). A escavação do Sepulcro 1 e de parte do Sepulcro 2 evidenciou práticas (até ao momento exclusivas) de deposições secundárias de restos de mais de uma centena de indivíduos. Estes contextos funerários forneceram um espólio votivo muito variado, sendo de destacar a presença de inúmeros artefactos relacionados com o sagrado, muitos dos quais remetem para contactos à distância e para enquadramentos simbólicos de ambiência transregional, peninsular ou, em alguns casos, mediterrânica: ídolos-falange decorados e não decorados, artefactos em osso decorados, pentes em osso, ídolos antropomórficos, ídolos zoomórficos, ídolos de calcário, recipientes de calcário, placas de xisto, conchas de *pecten*, cerâmicas com decoração simbólica, etc. Muitos destes materiais, contudo, não ocorrem só em sepulcros na necrópole, mas provêm igualmente de áreas do povoado.

Quando olhamos para os povoados vizinhos conhecidos, uma pergunta emerge: onde estão os mortos do Monte Novo dos Albardeiros, Porto das Carretas, Mercador, Moinho de Valadares ou Monte do Tosco 1 (para falar dos que foram objecto de escavações alargadas)? Para alguns casos, pode propor-se a reutilização/construção de sepulcros megalíticos, quer no núcleo de Reguengos de Monsaraz, quer em monumentos que lhe são periféricos, mas em nenhuma das situações se conhecem necrópoles directamente associadas. Porque razão em todos estes povoados (alguns dos quais com consideráveis áreas escavadas), as evidências do sagrado (para as suas ocupações calcólicas) são sempre comparativamente escassas ou mesmo inexistentes? Porque razão, os indicadores directos de contactos transregionais são relativamente ténues? Que significa este contraste entre o grande povoado dos Perdigões e os que lhe estão tão próximos?

A visibilidade do sagrado nos Perdigões é particularmente evidente, a sua interacção com o exterior apresenta forte expressão material, factos que, para além das dimensões e o que isso implica, certamente lhe conferiram um estatuto e simbolismo próprios no contexto do povoamento da área. A propósito da investigação dos contextos funerários, escreveu-se: “Os mortos que estudamos foram gente dos Perdigões, e eventualmente de núcleos habitacionais periféricos” (Valera *et al.*, 2000: 103). A última parte desta afirmação ganha aqui particular relevo. A existência de sepulcros com numerosas deposições exclusivamente secundárias, ou a documentação, no Sepulcro 1, de deposições feitas em simultâneo, com um processo de ruína em curso na estrutura do monumento, sem sinais de reconstruções (*idem*: 94), são situações compatíveis com a hipótese de os Perdigões terem funcionado como centro aglutinador da ocupação de um

território, exercendo um efeito catalizador, tanto no plano económico e político, como a nível simbólico, no plano da religião e da gestão da morte.

O sítio dos Perdigões, que espacialmente termina (ou inicia), a Oeste, o “território megalítico” do vale do Álamo (que lhe sendo anterior na origem, se mantém “activo” durante a vida do povoado), parece afirmar-se como um núcleo simbólico, económico e possivelmente político, a cuja influência até mesmo os povoados da margem esquerda do Guadiana (Porto das Carretas, Mercador, Moinho de Valadares; Monte do Tosco 1) dificilmente se terão subtraído. Deste modo, a estruturação do povoamento que se observa nesta área e as territorialidades que lhe subjazem não permitem pensar os sítios fora da rede em que se integram e lhes dá sentido. O abandono do povoado dos Perdigões dificilmente terá obedecido estritamente às mesmas razões, seguido os mesmos processos ou tido o mesmo significado do abandono de um Castelo do Azinhalinho ou de um Monte Novo dos Albardeiros, que não podem ser equiparados àquele outro povoado.

Mas para além da diversidade de processos que terão conduzido ao abandono final e à multiplicidade de significados que, em cada caso, este pode assumir, os mesmos exemplos permitem tratar uma outra questão: a do prolongamento simbólico. Refiro-me ao facto de o abandono de um sítio, neste caso de um povoado fortificado, nem sempre significar o seu fim enquanto “lugar” activo na organização da comunidade que o habitou ou de outras que com ele conviveram ou convivem: o abandono residencial ou operacional não significa abandono total, nem do sítio e muito menos do espaço local e da paisagem que o integram.

² Territórios mais circunscritos, demarcados e valorizados devido aos investimentos realizados, acessos mais negociados, dependência face ao território e aos investimentos nele feitos, etc.

Num plano simbólico, e na vertente qualitativa da percepção do espaço, há que considerar que o abandono residencial físico não implica um desligamento relativamente ao sítio abandonado.

Aqui há que distinguir dois planos, que podem ou não entrecruzar-se: o material e o simbólico. Numa e noutra situação, os sítios mantêm-se activos na organização das paisagens e na percepção e gestão dos espaços.

No primeiro, caso temos de considerar que um sítio abandonado enquanto residência pode ver-se transformado em área de exploração de recursos pelos seus antigos habitantes ou outros. A pedra das estruturas, artefactos líticos e metálicos (eventualmente alguns em cerâmica) poderão ser objecto de estratégias de curação. Tomka salienta que em sítios abandonados, enquanto se mantêm as condições e as expectativas de reocupação, muitos elementos da cultura material são deixados no local para ali serem reutilizados, mas que, com o prolongamento do abandono, a acção de curação se vai intensificando (Tomka, 1996). O sítio abandonado continua activo, operativo (embora com uma funcionalidade diferente) e as acções que sofre neste novo âmbito interferem nos contextos previamente abandonados, alterando-os (quer em quantidade, quer em qualidade, pois são selectivas), e nem sempre de forma detectável pela arqueologia³.

Num plano simbólico, e na vertente qualitativa da percepção do espaço, há que considerar que o abandono residencial físico não implica um desligamento relativamente ao sítio abandonado. Este poderá ser considerado como local de residência de antepassados, sujeito a visitas periódicas (associadas ou não a curação) ou a interdições, continuando a marcar os códigos semânticos da paisagem, de forma activa, pelo menos durante a vigência dos quadros superestruturais em que se integrava. Este prolongamento simbólico, que se relaciona com investimentos e sentidos prévios, será mesmo um dos aspectos mais interessantes desta abordagem e revelador da necessária diversidade de situações que o fenómeno assumiu.

Sublinhe-se novamente que muitos povoados evidenciaram enterramentos no seu interior, outros (acima referidos) tem associados verdadeiros cemitérios, outros ainda insinua-se como locais de importante carga simbólica e ritual, factores que aumentam o vínculo das comunidades àqueles espaços, concorrendo para que estes se mantenham activos após o seu abandono.

Já a partir do Neolítico Final, mas sobretudo com o Calcolítico, observa-se precisamente uma “invasão” do espaço residencial pelo sagrado. Efectivamente, é agora muito mais frequente e variada a presença de artefactos conectados com os esquemas mágico-religiosos, ocorrendo em grande número em certos povoados,

de que são exemplo os grandes povoados cercados por fossos. Noutros casos, como no sítio da Fraga da Pena (Beira Alta), o registo arqueológico dos contextos do interior das pequenas fortificações, construídas aproveitando um *tor* granítico bem destacado na paisagem, não é explicável apenas por um uso doméstico destes espaços (Valera, 2000c; 2000d). A escassez ou ausência de determinadas categorias artefactuais, a presença percentualmente significativa de materiais de excepção, a ausência de vestígios residenciais, a presença de pinturas nos penedos, a ocupação de um marco natural da paisagem e a sua “valorização”, com a edificação de potentes estruturas de fortificação definindo recintos de reduzida dimensão, sugerem que a componente simbólica é aqui particularmente relevante.

Em Castelo Velho de Freixo de Numão, onde também se registaram rituais funerários, a importância atribuída ao simbolismo, no discurso interpretativo,

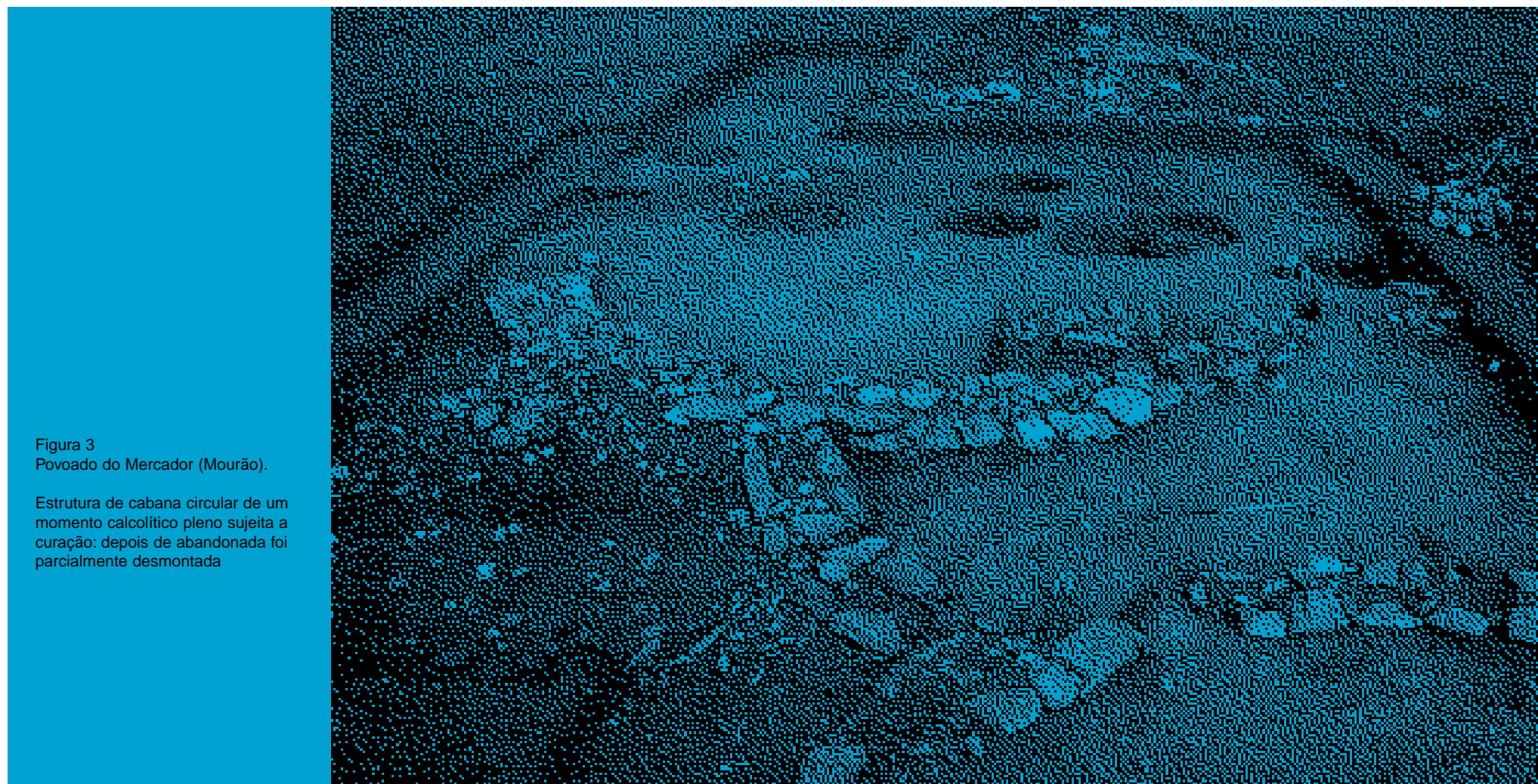
vai mesmo mais longe (Jorge, 1998), considerando-se o sítio como um monumento, palco activo de actividades essencialmente simbólicas. A componente doméstica é praticamente excluída do discurso, as fortificações perdem um carácter funcional e o sítio é concebido como um recinto eminentemente simbólico e factor de gestão identitária (Jorge e Jorge, 2000).

Independentemente da discussão que estas interpretações podem suscitar, parece ser hoje evidente que determinados recintos fortificados apresentam um carácter doméstico claramente dominante, enquanto outros evidenciam componentes simbólicas bem mais marcantes e que o seu abandono reflectirá processos diversos, que terão que ser percebidos dentro de quadros explicativos que não os generalizem e mascarem.

³ O que alerta para a necessidade de ponderar muitas análises estatísticas dos artefactos registados em sítios arqueológicos.

Figura 3
Povoado do Mercador (Mourão).

Estrutura de cabana circular de um momento calcolítico plena sujeita a curação: depois de abandonada foi parcialmente desmontada



Num plano simbólico, e na vertente qualitativa da percepção do espaço, há

que considerar que o abandono residencial físico não implica um desligamento relativamente ao sítio abandonado.

dimensões também não é uma variável de somenos importância, já que, para além da diferença de “impacto” e “estatuto” que poderá distinguir o grande povoado do mais pequeno, que lhe é ou não subsidiário, o grau de vulnerabilidade de cada um às oscilações do sistema será diferente. Efectivamente, o Calcolítico, enquanto período de inteligibilidade histórica (Aróstegui, 1995), apresenta uma certa homogeneidade (que justifica a sua individualização como período), mas é um processo dinâmico de quinhentos ou mil anos, irregular e arritmado, certamente com oscilações conjunturais (demográficas, económicas, políticas, etc.) às quais os diferentes povoados resistiram e responderam de maneira diferente, pelo que muitos abandonos poderão ter mais a ver com problemas

conjunturais da dinâmica do sistema em pleno do que com o seu fim. Johnson afirma que a vulnerabilidade é maior nas áreas marginais de uma rede de povoamento (Johnson, 1989). Aí existirá uma mais premente necessidade de reequilíbrios que podem gerar abandonos, os quais poderão ser entendidos como resposta das próprias redes (contração/expansão) a desequilíbrios conjunturais. O facto de se observarem importantes *décalages*, no que respeita aos momentos de edificação e de abandono final de muitos povoados, em várias áreas regionais, reforça esta ideia.

Na Estremadura Portuguesa, e de acordo com os dados disponíveis (que são, face às exigências dos questionários actuais, cada vez mais insuficientes), parece ser esta a situação. Numa área relativamente restrita, observamos povoados fortificados com longas utilizações atingindo a Idade do Bronze (Zambujal, Vila Nova de São Pedro), evidenciando profundas reformulações internas ou revelando contrações da área ocupada (importantes para enunciar questões relacionadas com o abandono intra-sítio), enquanto outros são abandonados na fase inicial ou plena do Calcolítico (Columbeira, Penedo Lexim, Olelas, etc.). Uma maior precisão cronológica dos momentos finais de abandono poderia ser mais esclarecedora, mas as insuficiências de precisão do método de datação absoluta por radiocarbono para o período em questão⁴ e da periodização relativa tradicional criam ainda muitas dificuldades.

No vale da Ribeira da Muxagata (Fornos de Algodres, Beira Alta), o abandono do povoado fortificado do Castro de Santiago não significou abandono do vale nem falência de um modelo económico, que continua a ser observável, por exemplo, nos povoados da Malhada ou da Quinta dos Telhais, localizados no mesmo vale, a 3 e 4 Km de distância, respectivamente.

Sem dúvida que a partir de certa altura, os prolongamentos simbólicos de sítios abandonados são sujeitos a reinterpretações, tal como o próprio espaço físico em que se inserem sofre reorganizações cognitivas e metafóricas. Mas mesmo em quadros sociais e mentais aparentemente distintos, verificamos, por exemplo, na bacia do Guadiana, que povoados calcolíticos abandonados são reutilizados na Idade do Bronze como locais de enterramento: casos do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988/89) e Moinho de Valadares (Valera, 2000a) e Mercador. Os significados destas escolhas escapam-nos, mas a sua ocorrência demonstra que aqueles espaços se mantêm socialmente activos, que continuam a ser *lugares* na paisagem, ainda que com eventuais novos enquadramentos simbólicos.

O prolongamento do simbolismo dos sítios depois de desactivados pode também conduzir à sua interdição ou à limitação de acessibilidades, no âmbito

da negociação política e da gestão e legitimação do poder, ou ao encerramento intencional materializado em rituais. Estes últimos são associados por Adler (1993) a abandonos regionais e permanentes. Poder-se-á ir mesmo mais longe, até à destruição ou dissimulação, como forma de rejeição dos conteúdos significantes que encerram: a História fornece-nos inúmeros casos, de que são exemplo a destruição simbólica da prisão de Rudolf Hess após a morte deste, ou o desmantelamento da Bastilha (embora frequentemente o nome do *lugar* resista). Noutras situações, ocorre o processo inverso e a estrutura ou sítio é mantido, mesmo desactivado, precisamente para perpetuar memórias (ainda que permanentemente presentificadas).

O significado variável do abandono final dos povoados calcolíticos está implícito na própria diversidade e especialização funcional que o discurso arqueológico admite para vários sítios. Por outro lado, a multiplicidade de

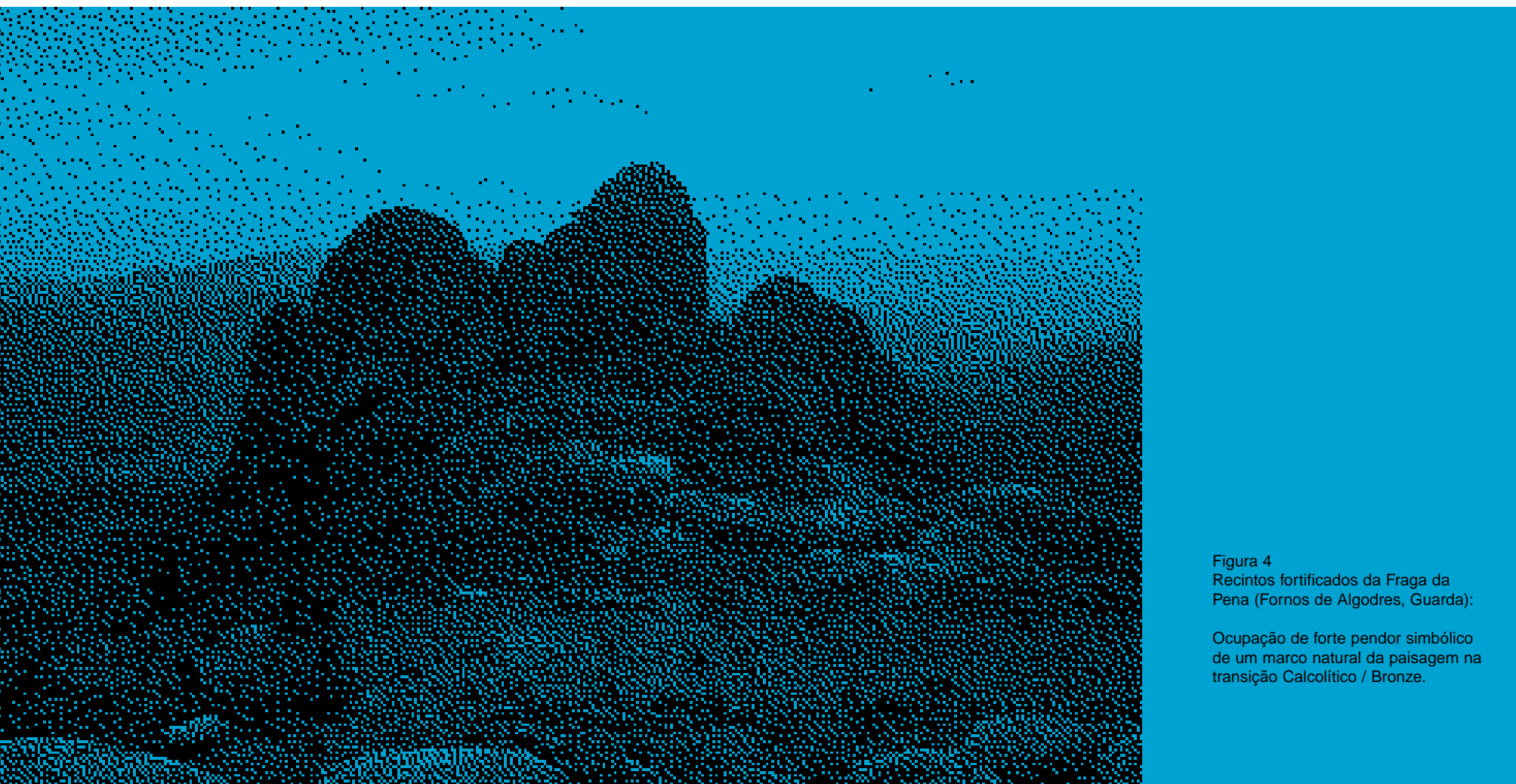


Figura 4
Recintos fortificados da Fraga da Pena (Fornos de Algodres, Guarda):

Ocupação de forte pendor simbólico de um marco natural da paisagem na transição Calcolítico / Bronze.

O significado variável do abandono final dos povoados calcolíticos está implícito na própria diversidade e especialização funcional que o discurso arqueológico admite para vários sítios.

O abandono da fortificação e do local destacado na paisagem que ocupava não significa, também aqui, a obrigatoriedade de um abandono total e o colapso de um sistema e organização social. E pode ser um bom exemplo do abandono como estratégia e da aplicabilidade da equação de Horne (1996): instabilidade ocupacional / estabilidade locacional.

B) Abandonos intermédios

A redução do abandono de povoados fortificados a indicador de falência do sistema calcolítico é igualmente questionável a partir de evidências de abandonos totais temporários ou de abandonos parciais, por parte de segmentos da população.

Teoricamente, poderemos assumir que, nas sociedades “intermédias”, a mobilidade se manifesta constantemente e a escalas muito diversas, do indivíduo à comunidade, passando por grupos domésticos ou “profissionais”. Funciona, inclusivamente, como factor de gestão de identidades e de estruturação das comunidades: por exemplo, a forma de gerir o género ou a idade pode originar formas de mobilidade que, sendo sociais, podem ter expressão espacial através de abandonos da frequência de determinados espaços.

O problema em, Arqueologia, é o de como “observar” e documentar o abandono e a mobilidade à escala do indivíduo ou do grupo doméstico, realizados dentro do próprio povoado ou para o exterior, num movimento de abandono total temporário. Podemos adivinhar a mobilidade feminina (e propor-lhe razões e sentidos), intuir a mobilidade por questões de idade (ex. rituais de passagem), propor deslocções

periódicas de parte das comunidades. Mas de que indicadores dispomos no registo arqueológico para demonstrar estas realidades? Como ler a mobilidade nos registos materiais? Como distinguir abandonos totais de parciais, com base em escavações muito parcelares?

Várias metodologias têm sido desenvolvidas, a partir de abordagens de carácter arqueológico e etnoarqueológico, como a elaboração de modelos de frequência de materiais arqueológicos (Kent, 1996; Montgomery, 1996). Como pré-requisitos pedem-se normalmente contextos bem preservados, extensivamente intervencionados, bem questionados e registados durante o processo de escavação. Mas será que todos os movimentos e momentos de abandono serão arqueologicamente detectáveis? Ou apenas os últimos? Ou apenas os mais significativos e duradouros? Ou apenas quando a seguir a estes se instalam comunidades com estratégias e componentes artefactuais diferentes?

Dir-se-á que determinados abandonos são indetectáveis e indemonstráveis no registo arqueológico, homogeneizados ou dissimulados por reocupações e pelos processos tafonómicos. Seja. Contudo, tanta dificuldade não deriva apenas da pobreza ou opacidade dos “dados” materiais, mas também de insuficiências dos questionários e metodologias com que os abordamos. Tratar o problema do abandono, nas suas múltiplas facetas e escalas, implica que as suas problemáticas estejam presentes no acto de escavar e de interpretar o que se escava. Se estamos preocupados exclusivamente com a sequência de “camadas” (que ainda abrangem povoados inteiros), de *horizontes* artefactuais, ou outras virtualidades do género, dificilmente

estaremos abertos aos sinais e aos indícios que nos poderão documentar as situações de dinâmica interna da vida destes povoados. As próprias leituras dos povoados tendem a ser uniformizadoras. Porque estudamos sítios “mortos”, cujos múltiplos contextos foram “compactados” pelo tempo, tendemos a esquecer o que caracteriza um sítio “vivo”: a dinâmica. Mesmo quando se identificam fases construtivas, remodelações, abandonos, estas “leituras” serão relativas apenas a uma parte restrita dos episódios pelos quais o sítio passou. A forma como o abandono é conceptualizado influencia a orientação da pesquisa, as inferências feitas e os modelos propostos.

Em face da informação publicada, em muitos dos povoados fortificados do Ocidente Peninsular apenas parece ser possível tratar o abandono ao nível do sítio, quando toda a comunidade o deixa, embora para alguns casos se proponham dinâmicas internas de contracção do espaço habitado, com o abandono de áreas anteriormente ocupadas (veja-se uma leitura de Vila Nova de S. Pedro, em Gonçalves, 1989). Mas outras possibilidades se colocam.

Observem-se, a título de exemplo, os dados disponibilizados para o povoado fortificado do Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987). A potente sequência de níveis de ocupação da Fase I é interrompida por espessos derrubes (principalmente de adobes), verificando-se a destruição de parte dos limites da muralha. Sobre estes derrubes e estruturas arruinadas surge um nível de ocupação da Fase II e são implantadas novas construções (Fase C construtiva). Nesta fase é, identificada uma casa que terá sofrido um incêndio responsável pelo colapso do tecto que terá selado os contextos de ocupação do edifício, onde se recolheram materiais inteiros e em bom estado. Novos potentes derrubes são identificados, sobre os quais se desenvolvem os depósitos da Fase III e novas construções, como um torreão central.

A redução do abandono de povoados fortificados a indicador de falência do sistema calcolítico é igualmente questionável a partir de evidências de abandonos totais temporários ou de abandonos parciais, por parte de segmentos da população.

Esta sequência documenta, para os autores, uma ocupação continuada de cerca de 500 anos.

Apesar deste registo, o discurso interpretativo (que incidiu, sobretudo, na definição de um faseamento das acções construtivas, no comportamento estatístico e faseamento da cultura material e nas variações nos restos faunísticos que suportam inferências sobre a economia das comunidades que ali viveram) não contemplou a possibilidade de abandonos temporários. Na realidade, é pouco provável que dois momentos em que se formam potentes derrubes e destruições de estruturas, sobre os quais se edificam novas estruturas e se observam algumas alterações de relevo, na cultura material (como o aparecimento dos metais e da metalurgia na Fase II ou da cerâmica campaniforme na Fase III), não tenham implicado interrupções de ocupação do sítio. Derrubes e destruições generalizadas, como as descritas, não se formam num dia (a não ser por catástrofe), iniciando-se no dia seguinte uma nova ocupação, com novas construções, novas tecnologias e elementos artefactuais anteriormente inexistentes. E não nos esqueçamos que estamos a falar de um período de cerca de 5 séculos.

As causas que originam os derrubes não foram ainda convenientemente questionadas. O registo não foi interrogado, tendo em vista perceber se são o resultado de processos de abandono, lentos ou abruptos, totais ou parciais, de longa ou curta duração. Porque razão a casa incendiada não foi reconstruída e a ruína foi abandonada? Porque razão o seu recheio não foi sujeito a acções de curaço? Como interpretar estes possíveis momentos

⁴ Ver, a este respeito, por exemplo, o resultado do programa de datações realizado para o Buraco da Pala (Mirandela) – Sanches, M. J. e Soares, A. M. (1993), “Buraco da Pala (Mirandela): datas de carbono 14 calibradas e o seu poder de resolução. Algumas reflexões”, Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 33 (1-2), SPAE, Porto, p. 223-243.

de abandono e as sucessivas reocupações? Existirão, dentro das fases definidas, outros indícios de abandonos? Para onde poderão ter ido as pessoas? Como explicar a relação de proximidade do povoado do Torrão? Estas são algumas questões, entre outras, que se poderão colocar a este povoado, com base no registo e nas leituras disponibilizadas. As respostas, não sendo provavelmente simples de obter, não serão de somenos importância para a compreensão da dinâmica da vida do sítio e, conseqüentemente, para a elaboração dos modelos relativos ao povoamento calcolítico.

Outro exemplo poderá estar no povoado fortificado de Leceia (Cardoso, 1994). Após uma fase de abandono de uma ocupação do Neolítico Final, verifica-se a construção de um complexo sistema de fortificações datável do início do Calcolítico. Em determinado momento observa-se um processo de desmoronamento e ruína generalizada destas estruturas, nalguns casos “arrasadas até aos alicerces” (*idem*). Estas ruínas são sobrepostas por novas estruturas, agora exclusivamente de carácter doméstico, consideradas de uma nova fase cultural (Calcolítico Pleno). Registam-se nítidas diferenças na tipologia e tecnologia construtivas, na estratégia de ocupação do espaço (com uma concentração na área central do povoado), na temática decorativa das cerâmicas, no aparecimento da metalurgia. O povoado seria agora “aberto” e a ruptura observada é comparada à verificada entre a ocupação do Neolítico Antigo e Calcolítico Inicial, a qual se considera corresponder a um abandono.

O mesmo não é, contudo, explicitamente assumido para a segunda ruptura identificada, e o mesmo rol de questões colocadas para o Monte da Tumba se pode equacionar aqui. Note-se que, numa primeira fase (Cardoso, 1989), porque as fortificações calcolíticas assentavam sobre os depósitos do Neolítico Final (apesar de ao mesmo

tempo se falar da possibilidade de um pequeno hiato revelado por uma fina camada considerada de abandono – Cardoso, 1989, p. 43), se assume a “presença de uma mesma população que, a partir do Neolítico Final, evoluiu *in situ* até aos últimos estágios do Calcolítico Pré-Campaniforme” (p. 141). Posteriormente (Soares e Cardoso, 1995), com base em séries de datações de radiocarbono para os contextos do Neolítico Final e Calcolítico Inicial considerou-se que, uma vez que as séries não se sobrepunham, existiria de facto, com elevando grau de probabilidade, um hiato de ocupação de algumas dezenas de anos. Para o segundo momento de profundas alterações, contudo, a irregularidade da curva de calibração para o troço correspondente à primeira metade do 3.º milénio não permitiu distinguir as séries de datações relativas aos contextos do Calcolítico Inicial e Pleno, que se sobrepõem. Contudo, a evidência arqueológica permite colocar a hipótese da existência de um segundo momento de abandono, hipótese que convinha explorar.

A necessidade inicial de perspectivar Leceia, com uma longa e estável ocupação, com fases em sequência e sem sobressaltos significativos, percebe-se. O combate pelo indigenismo do processo de calcolitização e das suas fortificações estava ainda aceso e uma solução de continuidade Neolítico Final / Calcolítico Inicial servia esses propósitos. Contudo, a assumpção da existência de momentos de abandono e reocupação, que se enquadrem na dinâmica de uma rede de povoamento de determinado território, em nada fragiliza a tese indigenista, bem pelo contrário. Por outro lado, a confirmação de um hiato de ocupação entre os depósitos correspondentes ao Neolítico Final e a construção das muralhas calcolíticas tem um outro condão, alertando para uma evidência: a sobreposição estratigráfica (salvo raras excepções) diz-nos que o que está por cima é de formação mais recente que o que está por baixo, mas não nos diz quanto tempo mais recente nem implica necessariamente continuidade. Uma interface pode constituir-se como superfície durante bastante tempo, o que

obviamente dificulta o diagnóstico de abandonos.

Mais a Sul, na margem esquerda do Guadiana, registou-se um nível interpretado como resultado de um abandono intermédio no povoado fortificado do Porto das Carretas (Silva, 2001), formado após uma ocupação atribuída ao Calcolítico Inicial, voltando o sítio a ser ocupado numa “fase campaniforme”. Como interpretar esse abandono? Ainda não estão disponíveis todos os dados, mas dificilmente poderemos propor a falência estrutural de um sistema económico e social que florescia 1 Km ao lado, no sítio do Mercador, e atingia uma expressão imponente 15 Kms mais a Oeste, no povoado dos Perdigões.

Ainda na margem esquerda, cerca de 5 kms a sul do Porto das Carretas e Mercador, outra situação de abandono é sugerida no povoado do Moinho de Valadares (Valera, 2000a). As diferenças entre a cultura material das duas primeiras fases de ocupação do sítio

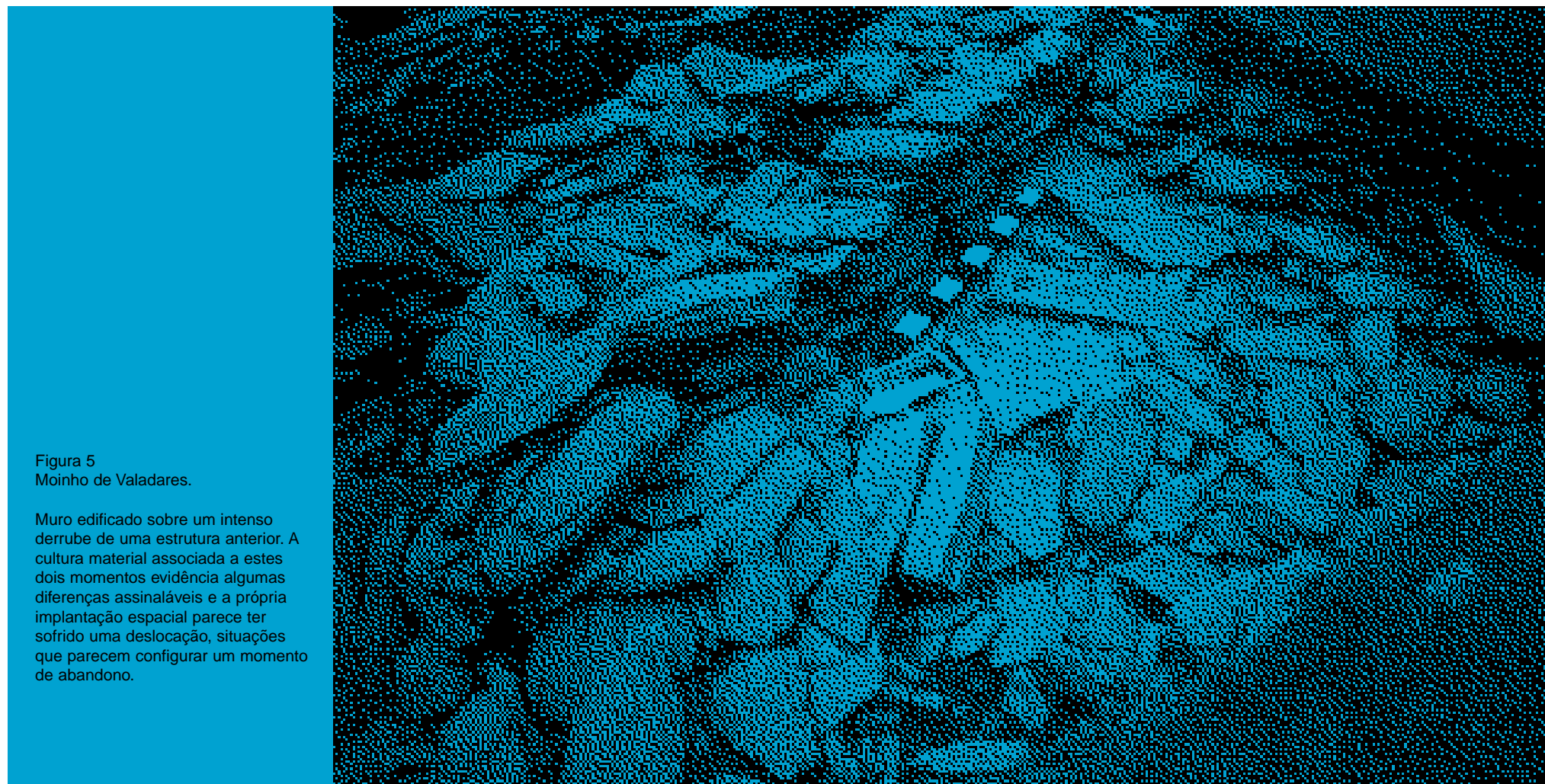


Figura 5
Moinho de Valadares.

Muro edificado sobre um intenso derrube de uma estrutura anterior. A cultura material associada a estes dois momentos evidencia algumas diferenças assinaláveis e a própria implantação espacial parece ter sofrido uma deslocação, situações que parecem configurar um momento de abandono.

(entre as quais o aparecimento da metalurgia), a construção de novas estruturas sobre derrubes das anteriores e a não sobreposição total do espaço ocupado nas duas fases (sugerindo uma deslocação da ocupação), poderão indiciar igualmente um momento de abandono do sítio e posterior reocupação.

Parece, assim, haver suficientes indícios para pensar que em muitos sítios calcolíticos fortificados ocorreram processos dinâmicos de contracção, crescimento ou abandono temporário antes do abandono final. Estes processos não se adequam a explicações homogeneizantes, de resposta única. Pelo contrário, os indícios de abandonos sugerem abordagens que privilegiem outras possibilidades: a mobilidade enquanto estratégia de resposta a oscilações no sistema, a versatilidade das formas de ocupação de um território e das relações sociais que neles se estabelecem, a integração de cada sítio numa rede de povoamento e numa paisagem, eventualmente hierarquizadas, que o estruturam e lhe conferem sentido.

5. Breves considerações finais

Não se põe em causa a existência de uma tendência estrutural de evolução do sistema calcolítico, nem que, à escala da mudança social global, a transição para a Idade do Bronze no Ocidente Peninsular é marcada por alterações mais ou menos convergentes nas estratégias de povoamento.

Os objectivos deste texto visam, sobretudo, chamar a atenção para a importância de trazer para primeiro plano da investigação do sistema Calcolítico as questões relativas ao abandono, nas suas várias escalas, já que se lhe reconhece um papel estruturante na organização do povoamento do período e com profundas implicações na formação dos contextos arqueológicos, assim como chamar a atenção para a necessidade que adequar os questionários e as metodologias para tratar estes problemas.

Parece, assim, haver suficientes indícios para pensar que em muitos sítios calcolíticos fortificados ocorreram processos dinâmicos de contracção, crescimento ou abandono temporário antes do abandono final. Estes processos não se adequam a explicações homogeneizantes, de resposta única.

Para isso, salienta-se a necessidade de não vincular exclusivamente o abandono final de um povoado à indicação de falência ou colapso do sistema, realçando as potencialidades interpretativas e explicativas de modelos que apelam às noções de mobilidade estratégica como forma de garantir a estabilidade ocupacional de determinadas áreas, respondendo a oscilações conjunturais de um sistema em funcionamento pleno. Tal não quer dizer que determinados processos de abandono não se relacionem com mudanças estruturais ou com colapsos e contradições do sistema. Essa poderá ser a situação que ocorre precisamente com o abandono dos grandes povoados, com a desestruturação dos respectivos territórios e redes de povoamento. Veja-se, por exemplo, o modelo proposto para a desagregação da “macro-aldeia” de Marroquies Bajos (Zafra de la Torre, *et alii*, 1999).

Sublinha-se o carácter dinâmico e versátil do povoamento calcolítico, expresso numa diversidade de tipologias de sítios (quanto à localização, dimensão, duração, função, significado), procurando evidenciar que, em muitos casos, terão ocorrido abandonos totais temporários não considerados ou questionados pela investigação. A existência de um fluxo de imperturbáveis continuidades é resultado de um posicionamento da pesquisa e da forma de abordagem dos povoados, nomeadamente dos fortificados. Advoga-se a necessidade de decompor as generalizações e as homogeneizações, procurando perceber as diversidades e as dinâmicas que lhes subjazem e, a partir destas, voltar à síntese, que será necessariamente diferente.

Considera-se, ainda, fundamental pensar os povoados integrados numa rede de interdependências e com um carácter activo que não se esgota no seu abandono residencial ou operacional, desempenhando os prolongamentos simbólicos de sítios abandonados um papel estruturante, continuado nas redes de povoamento, na gestão dos territórios ou na percepção e codificação das paisagens.

Por último, encontra-se subjacente ao texto a ideia de que a Arqueologia terá que apurar as suas ferramentas teóricas e metodológicas, no sentido de superar, na medida das suas possibilidades, a dualidade estrutura / agência. Se os agentes são condicionados pelo contexto, não deixam de actuar de acordo com a referenciação que fazem do real, forjada nas relações e vivências sociais. E se as leituras sobre determinada situação e sobre as opções possíveis são elas próprias condicionadas pela estrutura, as acções que originam actuam reflexivamente sobre a mesma e dão forma à expressão das próprias condicionantes. A dinâmica social engendra-se nesta relação recursiva.

Referências Bibliográficas

- Adler, M. A., (1993), “Perspectives on Northern Anasazi abandonment: collapsed Kivas and resilient systems”, 92d annual meeting of American Anthropological Association, Washington D.C.
- Alarcão, Jorge, (1993-94), “A Arqueologia e o Tempo”, Conimbriga, 32-33, Coimbra, 1993-1994, p. 9-56.
- Aróstegui, Julio, (1995), La investigación histórica: teoría y método, Crítica, Barcelona.
- Barrett, John, (2001), “Agency, the duality of Structure, and the problem of archaeological record”, (Ian Hodder ed.) Archaeological Theory Today, Cambridge, Polity, p. 141-164.
- Boudon, Raymond, (1995), “Acção”, Tratado de Sociologia, (R. Boudon ed.), Ed. Asa, Lisboa, p. 21-55.
- Cameron, Catherine M., (1996), “Abandonment and archaeological interpretation”, (Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds.), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP, p. 3-7.
- Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds. (1996), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP.
- Cardoso, J. L. (1989), Leceia. Resultados das escavações realizadas – 1983-1988, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- Cardoso, J. L., (1994), Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico, Estudos Arqueológicos de Oeiras, Oeiras, CMO.

Salienta-se a necessidade de não vincular exclusivamente o abandono final de um povoado à indicação de falência ou colapso do sistema, realçando as potencialidades interpretativas e explicativas de modelos que apelam às noções de mobilidade estratégica como forma de garantir a estabilidade ocupacional de determinadas áreas, respondendo a oscilações conjunturais de um sistema em funcionamento pleno

- Dobres, M-A e Robb, J., (2000), Agency in Archaeology, London, Routledge.
- Giddens, Anthony, (1984), The constitution of society: outline of the theory of structuration, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony, (2000), Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura, Oeiras, Celta.
- Gonçalves, V. S. (1988/89), “A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz)”, Portugalia, NS, Vols. IX-X, Porto, p. 49-61.
- Gonçalves, V. S. (1989), Megalitismo e metalurgia no alto Algarve oriental, Estudos e Memórias, 2, INIC.
- Horne, Lee, (1996), “Occupational and locational instability in arid land settlement”, (Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds.), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP, p. 43-53.
- Johnson, J. K., (1989), “Conception of agency in archaeological interpretation”, Journal of Anthropological Archaeology, 8, p. 189-211.
- Jorge, Susana Oliveira, (1998), “Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação”, Actas do colóquio A Pré-História na Beira Interior, Estudos Pré-Históricos, 6, Viseu, p. 279-293.
- Jorge, Susana Oliveira, (1999), Domesticar a terra, Lisboa, Gradiva.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O., (2000), “A ‘monumentalização’ das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate”, ERA Arqueologia, 1, Colibri/ERA Arqueologia S.A., Lisboa, p. 100-111.

Kent, Susan, (1996), "Models of abandonment and material culture frequencies", (Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds.), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP, p. 54-73.

Lago, M., Duarte, C., Valera, A., Albergaria, J., Almeida, F. e Carvalho, A. (1998), "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997". Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 1 n.º 1, Lisboa, pp. 45-152.

Lillios, Katina, (1991), Competition to fission: the Copper to Bronze Age transition in the lowlands of West Central Portugal (3000-1000Bc), Policopiado.

Lillios, Katina, (1996), "Regional settlement abandonment at the end of the Copper Age in the lowlands of West Central Portugal", (Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds.), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP, p. 110-120.

Montgomery, Barbara Klie, (1996), "Ceramic analysis as a tool for discovering processes of pueblo abandonment", (Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds.), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP, p. 157-164.

Nelson, Margaret C. (2000), "Abandonment. Conceptualization, representation, and social change", Social theory in Archaeology, (Michael Schiffer ed.), Salt Lake City, University of Utah Press, p. 52-62.

Senna-Martinez, J. C. (1994), "Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme", Trabalhos de Arqueologia da EAM, 2, Lisboa, Colibri, p. 173-200.

Silva, C. T., (2001), Comunicação apresentada ao colóquio "Alqueva. 4 anos de investigação arqueológica", Évora, Fevereiro de 2001.

Silva, A. C. F. da, Raposo, L. e Silva, C. T., (1993), Pré-História de Portugal, Lisboa, Universidade Aberta.

Silva, C. T. e Soares, J. (1987), "O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – escavações de 1982-86 (resultados preliminares)", Setúbal Arqueológica, VIII, Setúbal, p. 29-79.

Soares, A. M. e Cardoso, J. L., (1995), "Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)", Estudos Arqueológicos de Oeiras, Vol. 5, C.M.O, Oeiras, p. 263-276.

Tomka, Steve, (1996), "Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists: the effects of delayed curation on assemblage composition", (Cameron, C. M. e Tomka, S. A., Eds.), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, New Directions in Archaeology, Cambridge, CUP, p. 11-24.

Valera, António Carlos (2000a), "Moinho de Valadares 1 e a transição Neolítico Final/Calcolítico na margem esquerda do Guadiana: uma análise preliminar", ERA Arqueologia, 1, Lisboa, ERA/Colibri, p. 21-37.

Valera, António Carlos, (2000b), "Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem", ERA Arqueologia, 1, Lisboa, ERA/Colibri.

Valera, António Carlos, (2000c), "Pensar o tempo: critérios para uma periodização da Pré-História Recente da bacia interior do Mondego", Pré-História Recente na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, p. 147-160.

Valera, António Carlos, (2000d) "O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena", Pré-História Recente na Península Ibérica (Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular –1999), Porto, ADECAP, p. 269-290.

Valera, A. C., Lago, M., Duarte, C. e Evangelista, L. S., (2000), "Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo", ERA Arqueologia, 2, Lisboa, ERA/Colibri, p. 84-105.

Zafra de la Torre, N.; Hornos Mata, F. E Castro López, Marcelo, (1999), "Una macro-aldea en el origen del modo de vida campesino: Marroquíes Bajos (Jaén) c. 2500-2000 cal ANE", Trabajos de Prehistoria, 56, n.º1, p. 77-102.

